



Expediente:

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

DIRETORIA-EXECUTIVA

PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO

1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS

2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA

3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO

4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO

1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA

2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO

3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS

1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA

2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

RONALDO R. DE QUEIROZ – GURJÃO

JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA

JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS

CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA

MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA

SUPLENTE

AGUIFAILDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO

ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM

JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS

JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR

DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESPACHO PROCESSO N.º 002/2023

Denunciante: AMILTON FERNANDES DA SILVA

Denunciado: ANTÔNIO ITAMAR DE FREITAS ASSELINO

Assunto: Pedido de cassação por quebra de decoro parlamentar

Vistos etc.

Os advogados do denunciado ANTÔNIO ITAMAR DE FREITAS ASSELINO aportaram aos autos dois pedidos individuais de adiamento da sessão de julgamento designada para a data de 16/08/2023, às 18h00min.

O primeiro pedido utiliza o argumento de que o advogado Vinícius Pinheiro Rocha estaria impossibilitado de comparecer ao ato por questões de viagem à cidade de São Paulo no data de 15 de agosto de 2023. Juntou um cartão de embarque e uma impressão do status de voo, sem apresentar, no entanto a data da compra da passagem (se foi anterior a notificação do denunciado para o ato), nem tampouco informa a data de eventual retorno.

O segundo pedido foi subscrito pelo advogado Paulo Sabino de Santana, argumentando que possui aula para ministrar na Faculdade São Francisco em Cajazeiras na referida data e horário, não tendo tido tempo suficiente para remarcar a aula. Alegou que a notificação sobre a data da audiência ocorrer observando o prazo de 48h, conforme Código de Processo Penal, alegando não haver previsão no Decreto Lei 201/67. Apresentou planilha com os horários e dias das aulas.

É o relatório. Decido.

Com relação ao pedido de adiamento protocolado pelo advogado Vinícius Pinheiro Rocha observa-se que a documentação apresentada é insuficiente para embasar pedido de adiamento, haja vista que o cartão de embarque e a impressão do status de voo apresentados não consta a data da compra da passagem, não tendo como comprovar que a viagem foi planejada anteriormente à notificação da sessão de julgamento, nem tampouco informa a data de eventual retorno, razão pela qual indefiro o pedido neste ponto.

Quanto ao pedido subscrito pelo advogado Paulo Sabino de Santana, entendo que o art. 5º, inciso IV, c/c art. 7º, § 1º do Decreto Lei 201/67 é claro ao fixar que a defesa do denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, **pelo menos, de vinte e quatro horas**, sendo lhe permitido assistir as diligências e audiências, conforme se observa a seguir:

Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, **pelo menos, de vinte e quatro horas**, sendo lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:

III - Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decore na sua conduta pública.

§ 1º O processo de cassação de mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no art. 5º deste decreto-lei.

Pela dicção do artigo 5º, inciso IV, c/c art. 7º, § 1º do Decreto Lei 201/67 é claro ao fixar que a defesa do denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, **pelo menos, de vinte e quatro horas**, razão pela qual não se sustenta a argumentação de que não há prazo que mezeia a notificação para a data da sessão de julgamento.

Assim, aplica-se o disposto no artigo 5º, inciso IV, c/c art. 7º, § 1º do Decreto Lei 201/67 por ser especial, não se aplicando o disposto no art. 3, do CPP.

Por outro lado, a fim de evitar eventual questionamento futuro e não permitir a implantação de nulidades no procedimento, por bom senso, defiro o pedido do advogado Paulo Sabino de Santana, no sentido de remarcar a sessão de julgamento para o dia 18/08/2023, às 18h, no plenário da Câmara Municipal de Uiraúna- PB, situado na Rua Poeta Francisco Evaristo, s/n, Bairro Garrafão, Uiraúna- PB.

Dessa forma, indefiro o pleito do advogado Vinícius Pinheiro Rocha, e defiro parcialmente o pleito do advogado Paulo Sabino de Santana, no sentido de remarcar a sessão de julgamento para o dia 18/08/2023, às 18h, conforme argumentação supra.

Oficie-se o Ministério Público da Paraíba para tomar conhecimento da decisão.

Esta decisão serve como notificação/ofício.

Publique-se. Expedientes necessários.

Uiraúna/PB, 16 de agosto de 2023.

FRANCISCO BENEVENUTO CLAUDINO DE ALMEIDA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wenya Sarmiento Sobrinho
Código Identificador:5F49A6C7

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais
atos legais de interesse privado
das **peessoas físicas** ou **jurídicas**
de direito privado cuja
legislação de regência
determine a divulgação e a
publicidade agora tem um
novo espaço, mas ágil e
com menor custo.



saiba mais em:
www.diariomunicipal.com.br/famup

(61) 4063-6162



DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais
atos legais de interesse privado
das **peessoas físicas** ou **jurídicas**
de direito privado cuja
legislação de regência
determine a divulgação e a
publicidade agora tem um
novo espaço, mas ágil e
com menor custo.



saiba mais em:
www.diariomunicipal.com.br/famup

(61) 4063-6162

